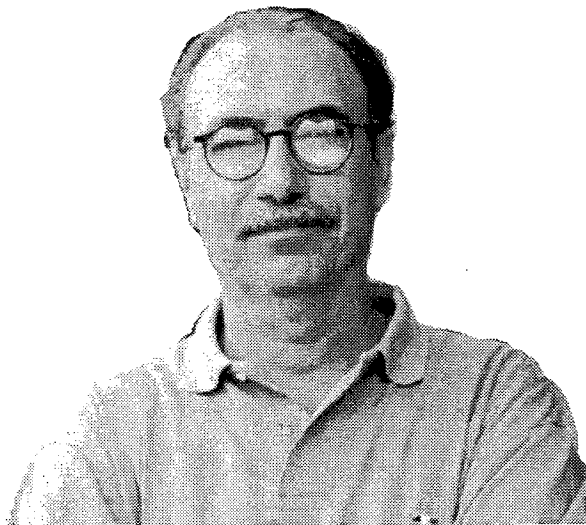


O ensino de Geografia no Brasil

(nunca se falou tanto em Geografia...)

Entrevista com o professor João Rua



João Rua é reconhecido por seu trabalho como professor de ensino fundamental, médio e superior por três décadas, com passagens pelo ensino público estadual (18 anos), Colégio de Aplicação da UFRJ (26 anos), Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (27 anos), IBGE (6 anos) e Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (6 anos). Nesta vasta experiência em que, simultaneamente, trabalhou com diferentes níveis de ensino e com pesquisa, escreveu alguns livros e muitos artigos sobre geografia da população, geografia agrária, geografia regional do mundo e ensino de geografia.

Atualmente é professor da UERJ (onde leciona disciplinas da área de Geografia Agrária e mantém, há quatro anos, um grupo de pesquisas sobre o estado do Rio de Janeiro) e da PUC (onde leciona disciplinas de Geografia da População e Geografia Agrária, e coordena um grupo PET - Programa Especial de Treinamento - mantido pela CAPES, com doze bolsistas).

Esta entrevista foi, em sua versão inicial, efetuada em novembro de 1995 e publicada na revista *European Geographer*, nº 9, 1995. A versão, agora apresentada, sofreu algumas atualizações / modificações e é dedicada, in memoriam, aos queridos amigos Luiz Antônio de Moraes Ribeiro e Fernando Antônio Waszkiavicus.

ENTREVISTA CONDUZIDA POR HELION POVOA NETO, MARIA REGINA TANNURI E FERNANDO ANTÔNIO WASZKIIVICUS.

Geo UERJ - A partir de que momento podemos falar da constituição da Geografia como uma disciplina no Brasil?

João Rua - Na segunda metade do século XIX já existia uma disseminação do discurso geográfico, mesmo que a institucionalização da ciência só tenha vindo bem mais tarde. O rótulo *Corographia* já aparece em livros didáticos do final do século XIX (em 1890 já se fala em Geografia em alguns currículos) e principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, quando, efetivamente, já existe uma produção geográfica. Os livros didáticos de Geografia publicados até as primeiras décadas do século XX seguiam a linha das extensas nomenclaturas e da memorização. Entretanto, quando o Professor Delgado de Carvalho chegou da Europa, onde havia desenvolvido seus estudos, iniciou-se uma nova fase para a Geografia brasileira. Em 1913, esse professor, publicou o seu primeiro livro didático de Geografia, rompendo com as listagens de nomes, como era uso, até então. Estabeleceu uma preocupação com o método de pesquisa e de ensino, com a distribuição dos conteúdos e com a localização dos fatos no espaço. A proposta de Delgado de Carvalho só se materializará, plenamente, com a Reforma Capanema de 1942, quando a Geografia atinge uma enorme importância no currículo escolar, paralela àquela que já apresentava nos institutos de pesquisa e nas unidades de ensino superior, recém-fundados.

Geo UERJ - Quais as principais influências que a Geografia Escolar no Brasil recebeu em relação a conteúdos e metodologia?

João Rua - Em primeiro lugar, deve se registrar que a Geografia brasileira recebeu inúmeras influências, mas sempre tem sabido absorvê-las e digeri-las, transformando-as em algo novo, com

personalidade própria, que dá à ciência geográfica aqui produzida uma dimensão e uma estatura acadêmica encontradas em poucos países. Definiria as influências como vindas em três momentos e de três origens.

A primeira influência vem da Europa, através da Geografia francesa e, pontualmente, da alemã. Este período se estenderia até o final dos anos 60. Era uma Geografia bastante *chauvinista* em que se enfatizava o papel do Estado (tornado forte na década de 30), em que se reconhecia o interior do Brasil (Marcha para Oeste do governo Vargas), em que se buscava a integração do território e do mercado nacional. Desenvolveu-se uma Geografia de inventários e do nacionalismo patriótico em que se priorizava o grande acervo de informações.

No ensino, o método era o da memorização e o conteúdo era organizado em grandes manuais como os do professor Aroldo de Azevedo.

Um segundo momento poderia ser datado de fins dos anos 60 e década de 70 (abusando de generalizações e simplificações). As influências, aí, são diversas. Em primeiro lugar são, ainda, francesas, através das chamadas Geografia Aplicada e Geografia Ativa do final dos anos 60, quando já se definia o papel do planejamento como instrumento de intervenção. Em segundo lugar, e tornando-se dominantes em algumas instituições de ensino e de pesquisa, as influências anglo-saxônicas, principalmente, norteamericanas, através da chamada Geografia Quantitativa.

O quadro geral, na sociedade, era de reação ao golpe militar de 1964. Enquanto isso, o governo brasileiro assinava uma série de acordos com o governo americano (acordo MEC/USAID) com vistas a uma profunda reforma do ensino universitário, em que se introduziu o regime de créditos, se re-alocou verbas e se definiu a estrutura do ensino do superior, apresentava-se, como projeto vencedor, uma visão tecnicista da educa-

ção em detrimento da visão humanista que dominara até então.

Para o ensino universitário de Geografia mostrou-se, como modelo, o geógrafo do IBGE, valorizando-se a pesquisa e acelerando-se a dicotomia licenciatura/bacharelado na estrutura curricular.

As transformações gerais da universidade, ampliando o número de estudantes, a busca de mão-de-obra qualificada e a proliferação de escolas profissionalizantes, contribuíram para a vulgarização do diploma universitário e para a chamada proletarização do professor, baseada na perda de decisão sobre seu próprio trabalho (hierarquia mais rígida na estrutura da educação) e numa política oficial de arrocho salarial geral e, particularmente no magistérios do ensino fundamental e médio. No ensino superior foram instituídos os planos de carreira e a maior valorização da titulação, generalizados a partir dos anos setenta.

É preciso deixar claro que falar de proletarização do professor é entrar numa polêmica de mais de dez anos e que encerra questões econômicas, sociais e sobre tudo, políticas que não são objetos de discussão aqui.

No ensino básico, desenvolveu-se, desde 1971, a reforma trazida pela lei 5692/71, que atingiu, fortemente, a Geografia, quando a incorporou ao estudo da História num conjunto chamado de Estudos Sociais, que vigorou durante vinte anos nas escolas do ensino fundamental.

Estas mudanças, de um lado, mostravam a desvalorização da Geografia como disciplina escolar, do outro, com a valorização do bacharelado e da pesquisa, desenhou-se um grande distanciamento entre a universidade e a escola. O método dedutivo, o uso de modelos e generalizações, a busca de leis gerais e de paradigmas, enfatizados pela Geografia Quantitativa, quase não se fizeram sentir na escola de ensino básico. Aí, continuava soberana a chamada Geografia Tradicional. Somente alguns professores incorporaram ao seu discurso temas e abordagens trazidos

pela Geografia Ativa francesa (subdesenvolvimento, pobreza e população, etc.). Tais temas e tais professores não eram bem vistos pelas autoridades pois denunciavam a situação brasileira, num período de *milagre econômico*, o que acarretou diversos tipos de perseguição.

Um terceiro momento, e uma terceira influência, teve início no Congresso de Geografia de Fortaleza em 1978 e se mantém, com algumas alterações, até os dias atuais. Trata-se da incorporação do instrumental marxista de análise ao discurso geográfico que, restrito durante os anos 70, emerge com bastante força ao longo dos anos 80, juntamente com o processo de *abertura política da sociedade brasileira*. Vem de influências francesas (através da *Revista Hérodote*) e norteamericanas (através da *Revista Antipode*), principalmente. Nessa linha de análise, valoriza-se a Filosofia, a História e a Sociologia como disciplinas importantes na formação do geógrafo e do professor de Geografia. À maioria das universidades e faculdades essa influência chegou (quando chegou) diluída num discurso esquerdizante, genérico, pouco profundo em termos teórico-metodológicos, embora útil como discurso motivador de debates num contexto de abertura política.

À escola de ensino básico e médio, chegou através de alguns bons livros didáticos, mas não foi, ainda, incorporado pela maioria dos professores para quem prevalece a Geografia da descrição e da memorização. A tão salutar multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas, que passa a caracterizar alguns setores da Geografia brasileira no final dos anos oitenta e nos noventa, ainda está distante de grande parte do professorado daqueles níveis de ensino que, quando atualizado, utiliza o discurso da chamada Geografia Crítica, de maneira genérica.

Geo UERJ - *Que relações você apontaria entre as diversas conjunturas políticas, durante os últimos trinta anos no Brasil e os rumos do ensino de Geografia?*

João Rua - Uma parte desta resposta já foi dada na pergunta anterior. Nos últimos trinta anos, a conjuntura política no Brasil foi marcada pelo golpe militar de 64 e pelo período ditatorial que durou até meados dos anos 80, quando começou o processo de democratização. Toda a sociedade foi marcada pelo autoritarismo e isto, se fez sentir, também, na universidade e na escola de ensino fundamental e médio, particularmente, na Geografia.

A Geografia nos anos 60, nos melhores colégios, com os melhores professores, já era tida como uma das disciplinas críticas da realidade, embora a maioria ainda praticasse uma Geografia descritiva, de memorização. Alguns professores já se destacavam, principalmente nos grandes centros, como aqueles que discutiam a realidade política e social do país.

Ora, com o golpe de 64, instaurou-se nas universidades e nas escolas um clima de tolhimento da liberdade de pensar e de discutir. O que ocorria na sociedade como um todo, passou a ocorrer dentro da sala de aula. Era muito comum professores serem chamados à atenção por diretores, porque estariam trabalhando com temas perigosos, subversivos, (era a expressão que usávamos no Brasil, na época). Tudo o que fugisse da ordem vigente era taxado de subversivo, perigoso, como não desejável. Esses professores eram, não raro, despedidos, tanto de escolas de ensino fundamental e médio, quanto das universidades. Em 1971, com a reforma de ensino, acabou-se, no ensino fundamental, com a Geografia e com a História enquanto disciplinas isoladas. Foram fundidas em uma nova disciplina chamada Estudos Sociais, ensinada ora por professores de História, ora por professores de Geografia. Tanto a História quanto a Geografia perderam, na escola, suas identidades como campos específicos do conhecimento científico, não sendo respeitado o método de cada uma dessas disciplinas ou seus conteúdos. Na verdade o que se fez foi uma grande *salada*, uma grande mistura em que o aluno saía da escola básica sem saber o que

era Geografia, sem saber o que era História, sem saber nenhum dos temas que se desenvolviam dentro de sala de aula. Se era um professor de História, fatalmente trabalhava com temas ligados à História. Se era um professor de Geografia, optava por temas da Geografia. Como havia constantes trocas de professores, a confusão era generalizada. Nas melhores universidades, não se fundiu a formação dos professores de Geografia com os professores de História. Continuaram a ser cursos separados, departamentos separados, situados em locais completamente diferentes.

É importante ressaltar que, na grande maioria das universidades particulares e nas faculdades isoladas, o modelo instaurado foi o de formação de professores de estudos sociais, de baixa qualidade e sem merecer respeito acadêmico. Para mim, este foi um dos mais importantes motivos de manutenção da Geografia tradicional e de descompasso entre a produção de vanguarda e a prática nas salas de aula. Se se observa o descaso com que, até recentemente, as boas universidades encaravam o ensino escolar, chega-se a um quadro bastante desalentador, que, somente agora, começa a ser revertido.

Geo UERJ - De que maneira, você poderia caracterizar as relações da Universidade com o ensino fundamental e médio ?

João Rua - Tradicionalmente, quem se preocupava com o ensino fundamental e médio era o IBGE, que oferecia os famosos Cursos de Férias Para Professores de Geografia, que duraram até inícios da década de 70. A Universidade só recentemente demonstra preocupação com o ensino escolar.

Durante os anos 80, houve algumas tentativas de atuação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (é a que mais conheço, por lá ter trabalhado 26 anos) em convênios com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Mas a tentativa de melhor resultado, ocorreu, a partir de 1988, com

o grupo de professores do Colégio de Aplicação daquela universidade. Esse grupo, do qual eu fazia parte, organizou cursos, de longa duração (uma vez por semana, durante um semestre letivo) que funcionavam como momentos de atualização teórica e onde havia espaço para criação de atividades didáticas que permitissem levar para sala de aula (com linguagem adequada a cada realidade), os conteúdos discutidos no curso.

Os Colégios de Aplicação são escolas de ensino fundamental e médio, mantidas pelas universidades, em que atuam professores de vários níveis de ensino, mas com experiência em ensino básico. Esses professores devem acompanhar as discussões mais atuais da Geografia e, no seu trabalho cotidiano, orientar o estágio dos licenciandos (futuros professores) traduzir, para uma linguagem adequada, aqueles conteúdos.

Como iniciativa do grupo de professores de Geografia do Colégio de Aplicação da UFRJ, foram desenvolvidos diversos cursos de atualização para professores de ensino fundamental e médio. Dessa longa e significativa experiência surgiu o livro *Para ensinar geografia*, publicado em fins de 1993 e que tem sido bem recebido. Nesse livro, partindo-se das vivências, trazidas ao curso pelos professores da rede pública que o freqüentavam, apresentam-se diversas sugestões para trabalhar conteúdos de Geografia, enfatizando as questões sociais, partindo de realidades vividas. Cada capítulo contém, ainda, textos de atualização teórica. Embora esteja voltado para a realidade brasileira, serve como exemplo de metodologia de ensino em outras realidades.

O que eu quero destacar, como razões para o sucesso dos cursos, são: a duração, que permitia aos professores que o freqüentavam, um amadurecimento das idéias apresentadas, que encontravam seqüência no encontro da semana seguinte; a preocupação, ao mesmo tempo, com o conteúdo teórico e com as formas alternativas de trabalhar tais conteúdos em sala de aula; a construção coletiva das atividades que garantiam uma vinculação com a realidade (a realidade vivida

pelos alunos daqueles professores). Ora, tudo isto contrasta com os freqüentes cursos massificantes, de curta duração e que só criam mais dúvidas no professorado.

Este exemplo mostra-nos como a universidade pode fazer muito mais do que tem feito pelo ensino de Geografia. Sei que há outros grupos trabalhando nessa linha. São exemplos tímidos, quando se contempla a imensidão do território brasileiro e a diversidade e magnitude dos problemas (ainda predomina, na escola, um ensino tradicional, com relação aos conteúdos e ao método), mas já constituem indícios de mudança.

Geo UERJ - Que tipo de motivação tem levado as pessoas a optarem pelo Curso de Geografia no Brasil? Conte um pouco da sua experiência pessoal e compare-a com a situação atual.

João Rua - Foi no final dos anos 50 até meados dos anos 60, quando eu estava na escola de ensino fundamental e médio, encontrei um professor que, já naquela época, me mostrou que a Geografia não era, apenas, a listagem dos afluentes da margem direita do Rio Amazonas ou dos pontos culminantes do Himalaia. Era o Professor Orlando Valverde. Um geógrafo famoso, dos mais importantes do Brasil, que me apresentou uma outra Geografia. Na época ele valorizava muito a construção de Brasília, a nova capital do Brasil, que foi inaugurada em 1960. Ele discutia, então, porque se criava aquela capital; quais eram as necessidades do modelo político/econômico vigente; que lógica estaria deslocando a capital para o interior do Brasil. Isso, para mim, foi algo renovador. Identificado com aquela abordagem, passei a colocar na cabeça que eu queria trabalhar daquela maneira. Ia ser professor de Geografia.

A experiência pessoal diz que o professor é muito importante na escolha da carreira futura do aluno. A minha escolha foi, essencialmente, pautada pelo exemplo daquele professor. Acredito eu que em muitos outros casos isso, tenha, também, acontecido.

Quando fui para a universidade, a Geografia fazia parte das ciências humanas. Era um curso de baixa procura. O perfil sócio-econômico do aluno era de baixa classe média, para quem o magistério representava ascensão social. Não se sabia, com clareza, o que faria alguém que estudasse Geografia, além de dar aulas. A pergunta: para que serve a Geografia, era feita com frequência.

Ainda com pouco tempo na universidade, fui escolhido para trabalhar no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como estagiário do setor de Geografia Urbana, onde estive seis anos, orientado pelo geógrafo Roberto Lobato Corrêa, que me mostrou possibilidades de atuar como pesquisador de Geografia. Na universidade, a professora Maria do Carmo Galvão, mostrava-me como integrar ensino e pesquisa e ensinava-me a valorizar os trabalhos de campo. Nesta trajetória, cabe uma menção especial ao colega e amigo Luiz Antonio de Moraes Ribeiro. Este geógrafo e professor, durante 25 anos de trabalho conjunto, reforçou minhas opções, contribuindo com inúmeras idéias na busca de novas formas de se trabalhar a Geografia em sala de aula, que até hoje tento seguir.

Estas influências marcaram-me de tal maneira que passei a desenvolver as duas atividades (ensino - em todos os graus - e pesquisa, esta, de maneira descontínua) até cinco anos atrás, quando entrei para a UERJ, onde encontrei condições para organizar um grupo de trabalho que vem apresentando bons resultados.

Entretanto, a grande maioria dos estudantes, optava, como ainda hoje, pelo magistério e poucos da minha época, tornaram-se, exclusivamente, pesquisadores. O perfil sócio-econômico permanece o mesmo. O que mudou foi o aumento da procura. Nos anos 90, nota-se uma ampliação da demanda pelos cursos de Geografia nas principais universidades. Talvez isto ocorra pela valorização do discurso geográfico na mídia reforçada, de 1995 para cá, com a forte atuação do professor Milton Santos nos principais veículos de difusão do conhecimento, o que muito tem

ajudado a nossa disciplina na construção de sua identidade

Geo UERJ - Como atualmente a Universidade Brasileira prepara os alunos do Curso de Geografia que optam pela carreira do magistério?

João Rua - A universidade ficou muito tempo sem se preocupar com a formação de profissionais para o magistério. Antes dos anos 70, essa preocupação existia, na medida em que o grande mercado potencial e real era o magistério no ensino básico e médio. Formavam-se professores com esta perspectiva. Nos anos 70, com a valorização da pesquisa e do modelo de geógrafo dos órgãos de planejamento, passou a se enfatizar um outro tipo de profissional que não o professor de ensino básico. Nessa década, desenvolveu-se uma valorização crescente do curso de bacharel em Geografia, que encaminharia à pesquisa e à pós-graduação.

Na verdade, eu sempre disse, que se desenvolveram cursos *nobres* e cursos *pobres*. Os cursos nobres seriam os de bacharelado, e os cursos pobres, os de licenciatura. Isto, na universidade, já caracterizava bem o descrédito que os professores de ensino fundamental e médio enfrentavam, e que se mantém.

Hoje em dia já se vê uma preocupação maior das universidades, fruto de uma discussão que vem ocorrendo desde a segunda metade dos anos 80, na qual se colocou, como ponto de referência, essa dissociação entre a formação do bacharel e a do licenciado. Essa questão tem sido levada a encontros e congressos promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, e acabou redundando em reuniões específicas para professores, que ocorrem a cada dois anos.

Nesses encontros regionais e nacionais, chamados Fala Professor, são ministrados cursos de atualização, apresentadas mesas-redondas, palestras, debates, etc. São reunidos milhares de professores de Geografia que constituem uma voz que está sendo mais ouvida a cada dia.

O panorama das relações universidade/ensino escolar, parece-me, bastante, animador. Percebeu-se que ao não valorizar o trabalho de professor de ensino básico, não se investindo na carreira de licenciado em Geografia, projetava-se, para o ensino fundamental e médio, profissionais cada vez pior preparados e que afastavam, ainda mais, dos alunos a opção de escolha da carreira. Este processo acabaria por comprometer, também, o ensino superior, já que o mercado de trabalho em pesquisa (muito restrito) não seria suficiente para manter os departamentos universitários.

Eu acho animador porque as universidades, hoje em dia, garantem um certo espaço para a discussão da formação dos professores, ao mesmo tempo que vêm optando por modelos únicos (ou assemelhados) de formação de bacharel e licenciado. É um grande progresso na medida em que se coloca, pelo menos formalmente, em termos de acesso ao conteúdo, como iguais o futuro professor e o futuro geógrafo.

Geo UERJ - Em sua opinião, como a Universidade Brasileira poderia atuar mais efetivamente junto aos professores de Geografia, que já trabalham há mais tempo no magistério de ensino fundamental e médio?

João Rua - Em minha opinião, a universidade brasileira deveria ter maior preocupação com o ensino básico e perceber o caráter multiplicador que essa relação representa.

Alguma coisa já vem sendo feita. Mas é pouco. É preciso abrir a universidade àqueles que há muito a deixaram. Não, apenas, com cursos de pós-graduação, de longa duração e de eficácia discutível na sua aplicação ao ensino básico. É preciso promover debates, cursos de atualização, como o que mencionei anteriormente, seminários etc. Deve-se manter o professor informado a respeito do que se discute na universidade. Pode-se valorizar alguns professores, que possam servir de intermediários (como no caso dos pro-

fessores dos Colégios de Aplicação) e facilitem o diálogo. É preciso generalizar os cursos para professores. Mas que sejam de longa duração (já que não acredito em cursos de poucos dias, massacrantes em termos de conteúdo) nos quais, o professor, não obtivesse apenas a informação, mas a discussão de como essa informação deveria ir para a sala de aula.

É claro que isto implica também em uma vontade do professor secundário em se atualizar, em pressionar para que esse diálogo se amplie. É necessário quebrar as resistências burocráticas nas escolas onde estes professores trabalham para que possam ser liberados para participar desse diálogo.

Geo UERJ - A sua Tese de Mestrado intitulada Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático. diz respeito a uma relação bastante controversa. O que você concluiu quanto ao papel dos livros didáticos na prática da Geografia Escolar no Brasil?

João Rua - Eu sempre condenei o uso que se faz do livro didático. Acho que no Brasil vem sendo super-valorizado, como instrumento de trabalho. Há muito tempo vem se tornando quase um substituto do professor e uma verdadeira *bíblia* para o aluno.

Agrade-nos ou não dizer isto, o currículo escolar, em seus conteúdos, não é definido por assuntos de interesse de alunos ou professores, mas, principalmente, pelo livro-texto estandardizado e voltado para uma série específica.

A minha tese é que, para alguns professores, há a busca por um trabalho autônomo, libertador, reflexivo e que os afasta do uso tradicional dos livros didáticos que constituiriam uma evidência do conhecimento instituído, formal, heterônimo.

Trabalhei com dois balizamentos teóricos - Castoriadis e Gramsci, de quem tomei emprestados os conceitos de Autonomia e de Intelectual Orgânico. Correndo o risco de ser reducionista, ten-

tei estabelecer a relação entre o professor e o livro didático à luz desses dois pensadores.

O que pude perceber, é que não há por parte da maioria dos professores, instrumentos teórico-metodológicos que permitam uma reflexão própria, autônoma, criativa em sala de aula (dele e do aluno). Essa reflexão, quer dizer, essa criação de conhecimento novo, que se dá no espaço de qualquer escola (não apenas aí), sempre que há posicionamento crítico, escolha, análise, é muito restrita para a maioria de professores e alunos. A aula torna-se um lugar de conformismo e não de interrogação/criação.

A maioria dos professores vive massacrada pelas precárias condições de trabalho, sem tempo para ele mesmo elaborar o conhecimento e criar idéias próprias, Idéias que não sejam, apenas, aquelas contidas nos livros didáticos e que, também, não sejam as mesmas que ele recebeu na Universidade quando da época da sua formação.

Na verdade, o que tem acontecido com grande parte dos professores, é que eles vão, por um lado, repetir o que receberam na universidade, não importa há quanto tempo. Por outro, vão reproduzir o que o livro didático contém.

Não estou culpando o professor por isso. Ele é empurrado para esta prática pelas condições de trabalho e de remuneração que vigoram no magistério de ensino básico, no Brasil. Se dá quinze horas de aula por dia, muitas vezes, em diversas escolas, correndo de uma para outra. Tem pouco tempo para refletir ou para elaborar idéias mais amadurecidas para serem discutidas com os alunos. A reflexão por parte destes, vai ser também muito reduzida. É isso que eu condeno, Não condeno o professor na sua prática. Entendo que ele é conduzido para essa forma de trabalho, pouco criativa, pelas circunstâncias, pelas condições em que ele vive.

Entretanto, é preciso dizer que, mesmo nessas condições precárias, há professores que conseguem superá-las e fazer um belo trabalho em sala de aula. Eu conheço professores que trabalham em duas, três escolas, dando muitas aulas por

semana e, ainda assim, conseguem um espaço de reflexão, de criação de conhecimento, de elaboração de idéias no seu cotidiano. Isto, vai tornar seu trabalho menos massacrante, porque lhe dará uma realização que não será, apenas, econômica. Acredito que seja uma realização política, numa visão Gramsciana da escola, e do papel do professor como intelectual orgânico, transformador social.

Para a grande parte, entretanto, o livro didático acaba se colocando como o grande salvador, o único instrumento de trabalho.

Nos anos 80 e 90, entraram alguns novos livros no mercado que deram mais importância aos temas críticos da Geografia. Os melhores livros didáticos procuram seguir a evolução da Geografia, incorporando as discussões dos meios universitários. É através do livro didático, que as mudanças no conteúdo e no pensamento geográfico chegam à maioria do professorado. No livro didático ele estuda e prepara a aula, Mas, o fato de alguns livros didáticos serem de melhor qualidade, não muda o método com que grande parte dos professores ainda trabalha. Definir globalização, de acordo com o livro (ou a aula do professor), memorizar os países de cada bloco econômico, decorar os principais rios da Europa, constituem as mesmas operações mentais. Não basta *modernizar* o conteúdo. É necessário transformar o método de ensinar. Os conhecimentos adquiridos na universidade, constantes do livro didático ou veiculados pelos meios de comunicação devem ser revistos e criticados, pois não são definitivos ou neutros.

O professor de Geografia precisa reverter este quadro de dependência. Para isso deve perceber a dimensão política do ato pedagógico, isto é, deve sentir vontade de transformar a realidade, a partir da criação de novos indivíduos, para nela interferir. A Geografia constitui-se num valioso instrumento para esse processo.

Geo UERJ - *Diante das recentes transformações na organização política e econômica do*

mundo, e da crise dos paradigmas da Geografia, os professores do ensino fundamental e médio, têm encontrado muita dificuldade na sua prática profissional. Como você avalia essa situação?

João Rua - O professor comum, vai tomar conhecimento dos chamados novos paradigmas e da quebra dos paradigmas tradicionais, através dos meios de comunicação e dos livros didáticos. Poucos professores estão preparados para desenvolver esta discussão.

Como vai trabalhar com temas como: globalização, fragmentação, exclusão social, desmetropolização, desindustrialização, declínio dos estados-nação, formação de blocos econômicos? Como vai construir as novas conceituações de rural e urbano com seus alunos? Como poderá analisar o crescimento das atividades não agrícolas em áreas rurais? Como tratar a questão ambiental sem restringi-la à Geografia Física? Todos estes são temas que implicam em grandes transformações espaciais e que interessam, diretamente, à Geografia. Os livros didáticos pouco falam desses assuntos. O professor vai se defrontar com um discurso novo, que está nos meios de comunicação, supervalorizado pela mídia. O aluno, acaba se informando fora da aula de Geografia e cria situações difíceis de serem resolvidas em sala de aula.

Uma saída talvez resida no fato dos autores didáticos passarem a perceber que, talvez não seja tão importante vender um número grande de livros, como investir, também, na renovação do discurso, mesmo que haja uma reação inicial do professorado. O autor didático deve ter uma preocupação não só com o aluno, para o qual o livro didático, teoricamente, estaria destinado mas, também, com o professor que vai trabalhar com esse aluno. E eu não estou falando dos manuais para professor, com respostas prontas a todos os questionamentos que o livro levanta, isto é adestramento, isto é colocar, fortemente, a opinião do autor didático sobre o aluno e o professor ao mesmo tempo. Eu acredito em um modelo de

livro didático que seja mais aberto, que levante questões, que obrigue o professor a correr atrás das respostas. Um livro didático que desafie o professor e o aluno permitindo que eles, juntos, num trabalho coletivo, busquem essas respostas.

Outra solução, voltando a questões anteriores, é o papel que a universidade tem de ter como centro permanente de informação aos professores. Tentar uma maior articulação com o ensino básico, torna-se fundamental como estratégia de fortalecimento da Geografia enquanto disciplina escolar.

Geo UERJ - Tradicionalmente o ensino de Geografia tinha o papel de informar aos alunos sobre a organização e as questões mundiais. Nos dias de hoje, os meios de comunicação são a principal via de acesso a essas questões, ainda que de forma fragmentada. Como um professor de ensino público em uma realidade como a brasileira, pode lidar com o desafio de desenvolver nos seus alunos a capacidade de analisar criticamente as problemáticas mais relevantes da atualidade?

João Rua - Nada substitui o trabalho do professor em sala de aula. Pode ser a tecnologia mais avançada, computador, imagens, vídeos, filmes. Tudo isso sempre será um meio auxiliar. Nenhum deles substitui a possibilidade que o professor tem de elaborar um novo conhecimento, ao discutir com os alunos, ao provocar a reflexão crítica e de cada aluno, por si, criar uma nova idéia a respeito daquela problemática discutida. Eu vejo, como fundamental, a análise da realidade vivida pelo aluno. Ela não é conhecida pelos livros didáticos, pelos meios de comunicação, que são formas generalizantes. O específico, vivido pelo aluno é conhecido pelo professor, que, ao se preocupar em conhecer esse cotidiano, vai trazê-lo para a sala de aula. O aluno percebe que mora em uma favela, que é carente, em termos de condições sócio-econômicas. O aluno identifica o clima de violência em algu-

mas áreas da cidade onde vive. Percebe porque vivencia. O professor pode trazer isso para a sala de aula, em um primeiro momento, dentro de uma percepção empírica. A teoria da Geografia que o professor deve possuir e apresentar aos alunos, vai analisar a segregação social no espaço urbano, isto é, a diferença de conteúdos sociais, nas diferentes parcelas desse espaço. A Geografia pode analisar esta situação utilizando, como exemplo, a pressão das novas formas de acumulação flexível na base de emprego em muitas regiões ao mesmo tempo que ampliam a polarização espacial e social. O conflito entre as classes sociais expresso nas diferentes fisionomias dos bairros ou nas diferentes oportunidades de acesso aos meios de consumo coletivo, geram problemas de circulação, de segregação, de relacionamento,

O que eu percebo aí, é que o professor, com a teoria da Geografia, principalmente da chamada Geografia crítica (ou social) consegue elaborar estas idéias, consegue criar, juntamente com os alunos, formas de conhecimento - conhecimentos novos. Cada realidade é uma em si mesma, mas integrada a uma escala mais ampla, na qual convivem o global e o local; onde a lógica global é percebida na escala local. É aí que se vivencia o espaço e o território, com suas particularidades e suas formas de integração. A Geografia é uma disciplina privilegiada para esta análise. Então, a interpretação daquela realidade, inicialmente uma interpretação empírica, reforçada pela teoria geográfica, vai permitir que o professor e, principalmente o aluno, voltem àquela realidade vivida, reforçados pela teoria, para naquela realidade, poder interferir como cidadãos.

Quanto aos chamados novos paradigmas do mundo contemporâneo, globalização, superação do Fordismo, acumulação flexível de capital etc, parece-me que isso não elimina a opção política do professor de Geografia que queira produzir conhecimento em sala de aula. Os chamados novos paradigmas, na verdade, são novas facetas do Capitalismo contemporâneo. É um novo

momento do Capitalismo, mas não é uma nova sociedade. Não é uma nova realidade, e, isso, de certa forma, vai trazer para mim a revalorização das formas críticas de perceber esta realidade. Não vejo ruptura. Vejo é que o trabalho do professor de Geografia em sala de aula, ao optar por esta visão crítica da sociedade, a partir da realidade vivida pelo aluno, pode englobar os temas atuais da Geografia e incorporá-los ao seu trabalho diário. Não vejo a menor incompatibilidade de um aluno de ensino fundamental e médio perceber que a modernização tecnológica é excludente e lhe tira a possibilidade de emprego permanente no presente ou, certamente, no futuro. Que as atuais formas de relação capital/trabalho (que não têm nada de novas), quando muito, podem lhe acenar com um emprego temporário; que muitos empregos passam a ser substituídos por trabalhos de baixa qualificação, mal pagos, de tempo parcial (ou, às vezes, nem são substituídos), enquanto os empregos que restam são reestruturados para maior eficiência. Eu não vejo como esse tema, que parece ser estritamente econômico, não possa ser trazido para a sala de aula, na medida em que ele afeta a família do aluno, o aluno, a espacialidade vivida por ele. Como se inserir dentro de uma lógica excludente em que poucos já terão definidos os seus acessos ao mercado, seja de consumo, seja de trabalho enquanto muitos ficarão excluídos, tanto de um, como do outro.

Não há como cair em reducionismos economicistas. O capitalismo não é, apenas, um sistema econômico, mas uma maneira de viver. Não é reduzível às estritas relações econômicas. É necessário analisar a nossa formação social como resultado de permanentes e contraditórias mudanças, fruto das interconexões das *esferas* econômica, cultural, política etc., que terão de ser focalizadas em sala de aula.

Penso que esses novos paradigmas, apenas colocam novas problemáticas para o debate da Geografia no cotidiano escolar, enriquecendo-o. Não me parece ter havido uma época tão rica para a

valorização do discurso geográfico e da possibilidade da atuação do professor em sala de aula. O que eu lamento é que haja um descompasso tão grande entre as discussões no meio acadêmico, onde essas temáticas estão presentes há alguns anos, e a sua manifestação percebida pelo professor em sala de aula. Esse descompasso, que vem da desconexão Universidade X Ensino Fundamental e Médio, vai constituir o grande entrave para a atualização teórica e metodológica do professor, que, no meu ponto de vista, é um dos problemas básicos do ensino da Geografia. A temática geográfica está mais rica. O discurso geográfico está mais atual. Resta-nos incorporar estas novas preocupações ao nosso cotidiano. O dinamismo da realidade tem de ser levado para a sala de aula. Num mundo de defensismos e de

marcadas diferenças que se globaliza e integra; onde parece haver um retorno à competição, semelhante ao século XIX, desta vez não por territórios (embora, também, ainda) mas por mercados; no qual é preciso conhecer os outros países, para justificar, ideologicamente, discursos defensivos ou liberais, a Geografia ganha importância renovada, quer como área de pesquisa, quer como disciplina escolar.

As transformações que não cessam de ocorrer e resultam em novos arranjos espaciais relacionados a novas práticas espaciais, obrigam-nos a uma constante busca de explicação para estes fatos e a uma procura da construção de uma sociedade mais democrática, composta de cidadãos com mais autonomia de pensamento e de ação.

